

PNE precisa dar mais atenção ao ensino superior



» LÚCIA TEIXEIRA
Presidente do Semesp, entidade que representa mantenedoras de ensino superior no Brasil

O novo Plano Nacional de Educação (PNE), cujo projeto de lei está em tramitação no Congresso Nacional, representa uma oportunidade essencial para atendimento às necessidades urgentes da educação brasileira, como a consolidação do acesso universal, a ampliação da permanência na escola, a melhoria da qualidade do ensino, a valorização dos profissionais de educação e a preparação dos indivíduos para a cidadania e o trabalho. Mas, se pretender fazer frente às transformações sociais, econômicas e tecnológicas do país, a construção desse novo futuro para a educação do Brasil precisará dar mais atenção, também, a um reposicionamento do ensino superior.

É imprescindível que o novo PNE contemple alguns eixos fundamentais para poder promover inclusão com qualidade, garantir a permanência dos jovens que acessam a educação universitária e estimular a formação continuada para milhões de brasileiros que anseiam por melhores oportunidades.

O primeiro desses eixos é o da valorização da pluralidade institucional. O Brasil tem um sistema de ensino superior diversificado, integrado por universidades, centros universitários, faculdades, institutos federais, cursos EaD e cursos noturnos, no qual a rede privada responde por 79,3% das matrículas. Se o PNE focar apenas nas universidades de

pesquisa, deixará de fora grande parte do sistema, prejudicando um contingente expressivo de alunos.

O segundo eixo diz respeito a reforçar a democratização do acesso, a permanência e a conclusão. A taxa líquida de escolarização na faixa de 18 a 24 anos no Brasil é de apenas 19,9%, ou seja, menos de um em cada cinco jovens chega ao ensino superior. Não basta abrir vagas, é preciso garantir permanência e conclusão, apoiadas pelas novas tecnologias.

Outra necessidade é a adoção de novos parâmetros de qualidade para a graduação. É fundamental que a qualidade seja medida também por empregabilidade, inovação didática, uso de tecnologias e resultados de aprendizagem, e que os novos critérios atentem para as diferenças entre o presencial e a EaD.

É preciso considerar que, em 2023, a taxa de evasão foi de 40,1% na EaD e de 26,4% no presencial, e que, dos 24,6 milhões de vagas ofertadas (23,6 milhões na rede privada e 1 milhão na pública), apenas 20,2% foram ocupadas (18,7% na rede privada). Nesse cenário, é urgente a retomada das vagas remanescentes do Prouni e do Fies, que, entre 2020 e 2023, perderam, respectivamente, 28,7% e 49,8% de beneficiários.

É imprescindível, ainda, a reconfiguração das engenharias, cursos em que a evasão chega a quase 40%, por meio de uma revisão curricular, do nivelamento em matemática e ciências e da adoção de práticas antecipadas de CDIO, que integram o conhecimento técnico com competências práticas, sociais e profissionais.

Outro eixo fundamental é a pós-graduação. O novo PNE deve equilibrar a valorização do *stricto sensu* com o *lato sensu*, especialização que hoje é a principal via de formação continuada, com

1,6 milhão de alunos em 2024, enquanto o *stricto sensu* encolheu 34% entre 2019 e 2023. O novo plano deve valorizar o *lato sensu* como formação profissional estratégica, criando um censo dos cursos de pós-graduação e reequilibrando as políticas de regulação e financiamento para essas especializações.

A formação e valorização docente é outro aspecto fundamental, já que sem professores bem preparados não há avanço educacional. O novo PNE deve priorizar a adoção de planos de carreira estruturados, o aumento do número de licenciados atuando em sua área, a assistência estudantil específica para licenciaturas e a inclusão de competências em ciência, tecnologia, engenharia e matemática, para aumentar a atratividade da carreira docente e assegurar resultados consistentes de aprendizagem.

Finalmente, o novo PNE deve dar atenção à educação a distância, modalidade que é estratégica para democratizar o acesso porque atinge públicos historicamente excluídos. Em 2023, mais de 843 mil alunos de 40 a 49 anos e 283 mil com mais de 50 anos estavam matriculados na EaD. Por isso, é necessária a adoção de parâmetros próprios de qualidade para a EaD, que incluam permanência, engajamento e suporte estudantil, e maior incentivo a modelos inovadores, com uso de recursos digitais de qualidade.

O Brasil precisa de um Plano Nacional de Educação moderno, inclusivo e conectado às demandas sociais, tecnológicas e produtivas. Sem que seus formuladores deem a devida atenção a essas questões, dificilmente o PNE conseguirá ampliar o acesso, assegurar a permanência, promover a qualidade e fortalecer a diversidade institucional da educação superior brasileira.



A esperança precisa falar mais alto que o terror



» CLAUDIO LOTTEMBERG
Presidente da Confederação Israelita do Brasil (Conib)

O dia 7 de outubro de 2023 ficará marcado como um dos mais sombrios da história recente. Naquela manhã, o grupo terrorista Hamas lançou uma série de ataques contra Israel, assassinando mais de 1.200 pessoas de diferentes nacionalidades e credos — homens, mulheres, crianças, idosos, judeus, muçulmanos e cristãos. Centenas foram feridos. Mais de 200 sequestrados foram levados para Gaza; dois anos depois, 48 ainda permanecem em cativeiro, privados de liberdade, de dignidade e de contato com suas famílias.

Essa tragédia não foi apenas contra Israel, mas contra a humanidade. Dois anos passados, a lembrança segue como ferida aberta, exigindo de todos nós reflexão e ação.

O recente plano proposto pelo presidente americano Donald Trump talvez não seja a solução definitiva para um conflito tão complexo, mas representa um caminho. Um roteiro que combina pragmatismo e coragem: a devolução imediata dos reféns, a desmilitarização do Hamas, a retirada gradual do Exército israelense de Gaza, a anistia para os atuais combatentes do Hamas, a libertação de prisioneiros detidos em Israel, um comitê de reconstrução supervisionado internacionalmente e a participação

de países árabes em uma força de estabilização.

De qualquer forma, é louvável a habilidade política do presidente Donald Trump, que conseguiu reunir em torno de seu plano o apoio de nações europeias, do papa, da Rússia, da China, da Índia, da Autoridade Palestina e de países árabes como Catar, Arábia Saudita, Emirados Árabes, Egito e Jordânia, além da Turquia e da Indonésia.

Trata-se de uma oportunidade real, porque não se limita a palavras: cria marcos verificáveis e traz o apoio inédito de países árabes e muçulmanos dispostos a se engajar. Esse é um divisor de águas. A questão, agora, é de escolha.

Cabe ao Hamas demonstrar se prioriza o bem-estar dos palestinos ou se seguirá preso a delírios jihadistas. Não há como conciliar o sonho legítimo de autodeterminação do povo palestino com uma ideologia que prega a destruição de Israel e o ódio ao povo judeu.

Além dessas alianças, e não menos surpreendente e ainda que sob pressão, é o fato de o Hamas ter aceitado o que dizia ser inaceitável: a libertação dos reféns e, consequentemente, a sua rendição. Ainda que não reconheça, a capitulação do grupo terrorista já representa um reconhecimento de sua derrota, embora ainda não se saiba ao certo que rumos tomará o grupo terrorista após a entrada em vigor do plano de paz para Gaza.

Por isso, deixo aqui um apelo à comunidade que pede pelo fim da guerra e aspira por um Oriente Médio de paz: ergam suas vozes. Pressionem o Hamas a aceitar o acordo. Façam prevalecer a vida sobre a morte, a dignidade sobre a opressão, o futuro sobre o fanatismo. A verdadeira libertação

dos palestinos começa pelo fim do sequestro físico e simbólico que o Hamas exerce sobre eles.

Dois anos após o 7 de outubro, a memória das vítimas exige de nós algo maior que a indignação: exige esperança. Esperança de ver os reféns retornando aos seus lares. Esperança de que árabes e judeus, israelenses e palestinos, possam reconstruir um caminho de paz. Esperança de que líderes tenham a coragem de enfrentar extremismos e optar pelo diálogo.

A paz não virá de decretos unilaterais nem de soluções impostas de fora, mas do reconhecimento mútuo da legitimidade de cada povo e do compromisso com a convivência. O plano hoje em discussão não é perfeito — nenhum plano jamais será —, mas é uma oportunidade que não pode ser desperdiçada.

Esse momento é importante e imprescindível. Evidentemente que o Hamas deve agir de acordo com seu estatuto, que é buscar a destruição do Estado de Israel e a aniquilação de todo o povo judeu. Então, isso justifica uma pressão e, sem esse desarmamento, o processo não vai prosperar. Aliás, não só se desarmar, o grupo tem que se afastar (de Gaza): ou se rende e encerra a guerra, ou, infelizmente e para tristeza de todos, esse processo vai ter seguimento.

Se a história nos ensina que tratados mal conduzidos podem semear guerras futuras, que saibamos, agora, semear reconciliação. Que a lembrança do 7 de outubro não seja apenas de dor, mas também o ponto de partida para um recomeço.

A esperança, afinal, é o maior ato de resistência contra o terror.

A paz vai parar a matança em Gaza?



» RICARDO PIRES
Jornalista, sociólogo, mestre em ciências políticas e especialista em política internacional

Israel matou cerca de 66 mil palestinos, a maioria, mulheres e crianças, na Faixa de Gaza. Dois milhões de pessoas são empurradas de um lugar a outro, feito gado, e morrem por bombas, famintas, pisoteadas, sob escombros, como se fossem baratas. É difícil haver tanto terror e violência por parte de um Estado contra um povo indefeso, só comparável ao cerco nazista a 350 mil judeus no Gueto de Varsóvia, nos anos de 1940.

O ataque do Hamas a Israel em 7 de outubro de 2023 é crime bárbaro, totalmente condenável. Mas também é crime gravíssimo condenar e dizimar todo um povo pelos atos de um grupo terrorista. Por suas ações em Gaza, Israel foi acusado de cometer crimes de genocídio e contra a humanidade e crime de guerra, segundo resolução aprovada pela Associação Internacional de Acadêmicos de Genocídio (IAGS) em 1º de setembro último. Não há como entender a omissão da “civilização cristã ocidental” por dois anos diante dessa matança insana.

Em Gaza, não há guerra, como na Ucrânia, pois só há o Exército israelense, armado pelos Estados Unidos, que destrói impunemente um país e extermina uma nação e um povo faminto, indefeso e encurralado. Essa matança jamais levará à paz duradoura, pois cria milhares de órfãos e vítimas que não esquecerão essas atrocidades. Mas o partido Likud, os radicais de direita e os religiosos, que formam o governo de Benjamin Netanyahu não querem paz. Querem vitória, expulsar as pessoas, ocupar suas terras e impedir que seja criado um Estado palestino, como prevê a ONU.

Criar um Estado judeu em toda a palestina é o projeto dessa frente de direita que dirige Israel desde 1999, com a morte dos grandes líderes moderados, como Golda Meir, Chaim Herzog, Ezer Weisman, Menagen Begin, Shimon Peres e Yitzhak Rabin. Projeto que vem sendo construído desde a criação de Israel. Já na guerra de 1948, foram expulsos 5,6 milhões de palestinos da Cisjordânia — a maior região palestina, a outra é a Faixa de Gaza. Eles vivem em acampamentos em Jordânia, Líbano, Síria, Faixa de Gaza, enquanto 700 mil colonos judeus ocupam suas terras.

O golpe de mestre da direita israelense foi criar o Hamas na Faixa de Gaza, ocupada militarmente por Israel de 1967 a 2005. Nessa época, a perspectiva de criar o Estado palestino era forte graças à liderança de Yasser Arafat, líder da Organização de Libertação da Palestina (OLP). Em 1974, os países árabes fizeram da OLP a representante dos palestinos, e a Assembleia Geral da ONU a aceitou como apta a falar pela Palestina.

O governo militar na Faixa de Gaza se aliou ao Sheik Ahmed Yassin, líder da Irmandade Muçulmana, grupo radical expulso do Egito, para somar forças contra a OLP, de Arafat, com orientação política secular — não religiosa, sediada na Cisjordânia. Israel jogou sujo para forçar a divisão entre a Cisjordânia e a Faixa de Gaza. O então presidente do Egito, Hosni Mubarak, alertou Israel sobre os riscos da atuação do Sheik Yassin e da Irmandade Muçulmana. Para eles, “fora do Alcorão não há salvação”. Em 24 de setembro de 2009, o general Yitzhak Segev, que chefiou o governo de Gaza, disse que sabia dos “perigos do Islã político, mas essa era a política de seu país”.

Em Tel Aviv, o governo trabalhista buscava a paz. Em 1993, com mediação de Bill Clinton, foram assinados os Acordos de Oslo entre o líder palestino Yasser Arafat, o premier Isaac Rabin e o chanceler Shimon Peres, os dois últimos, israelenses. Os acordos previam a retirada das tropas de Israel da Faixa de Gaza e da Cisjordânia, que seriam dirigidas pela Autoridade Palestina. Por seus esforços pela paz, Arafat, Rabin e Peres receberam o Prêmio Nobel da Paz em 1994. A paz parecia próxima.

Mas na Faixa de Gaza, no fim dos anos 1990, radicais israelenses e muçulmanos prepararam, em surdina, uma bomba para os pacifistas: foi criado o Hamas, com apoio de Israel, e militantes da OLP foram expulsos da região. O Hamas dominou Gaza. Dividindo os palestinos, prestou grande serviço à direita israelense, vitoriosa com a ajuda dos radicais islâmicos. Só faltava calar os líderes que insistiam na paz. O premiê israelense Isaac Rabin foi morto em 4 de novembro de 1995, em Telavive, por Yigal Amir, judeu ortodoxo de direita. E Yasser Arafat morreu envenenado em 2005.

Serviço feito, Israel saiu de Gaza em 2005, deixando a região para o Hamas, que revelou seu radicalismo e ódio a Israel. Mas isso era previsto. Como a Autoridade Palestina na Cisjordânia era pacífica, a direita precisava de um inimigo por perto para manter o povo de Israel com medo e facilitar a obtenção de armas e recursos do exterior. Há exatos dois anos, o Hamas atacou Israel e prestou o último serviço à direita israelense, abrindo caminho para a total destruição da Faixa de Gaza e do sonho de um Estado palestino.

A paz váz agora? Se depender de Netanyahu, é certo que não!